

posição política — era aquilo que hoje podemos chamar um tecnocrata. Foi chamado por ser professor de Direito, porque o governo enveredou por uma estratégia de defesa da nossa posição no plano jurídico.

AV — A defesa da posição colonial de Salazar?

JCM — Chamaram Paulo Cunha que, brilhantemente, e com o apoio de outros juristas, conseguiu fundamentar a posição portuguesa no plano jurídico. A questão era política e o Paulo Cunha foi brilhante na defesa jurídica. Eu nunca consegui depreender qual era exactamente a sua posição política, porque ele nunca se manifestou.

II

As duas correntes: Europeísmo *versus* Nacionalismo

— Foi chamado a atenção para a importância da expansão da civilização portuguesa para o mundo. Foi chamado a atenção para a importância da expansão da civilização portuguesa para o mundo. Foi chamado a atenção para a importância da expansão da civilização portuguesa para o mundo.

Os mitos

AV — Quando se inicia o processo dos Descobrimentos já existia em Portugal o debate entre uma visão isolacionista, auto-centrada, simbolizada por Camões na figura do «Velho do Restelo» e a do grande largo. Pode dizer-se que esse era já um debate sobre a política externa?

JCM — De certa maneira, era. Eu até fiz uma conferência, quando foi celebrado o 4.º centenário de *Os Lusíadas*, em 1972, em que demonstrei que Portugal promovera a expansão da Europa. Esta era também a tese de Luís de Camões, que geralmente é considerado como nacionalista, alguém que fazia propaganda de Portugal. Simplesmente, o que Luís de Camões expôs foi o seguinte: Portugal, apesar de ser pequenino, assumiu em nome da Europa o papel de combater o inimigo com uma nova estratégia, que era a do expansionismo da civilização europeia. Enquanto as grandes potências europeias — e Camões diz isto mesmo — desperdiçavam recursos a combater-se entre si.

Portugal foi pregar a Europa pelo mundo fora e a ideia de Camões é que nós tomámos a posição da defesa da Europa.

D. João II tinha uma noção muito clara do expansionismo da civilização que eles chamavam cristã, e que era uma identidade comum dos europeus, através do mundo. Logo, Portugal andou a espalhar a Europa pelo mundo e os nacionalistas nem sequer isso admitem, interpretando a questão ultramarina de uma maneira completamente diferente.

Nós fomos os grandes defensores da Europa, mas depois perdemos completamente essa missão.

AV — Mas que missão era essa? Uma perspectiva estratégica que, como diz Borges de Macedo, esteve na origem da aventura de D. Sebastião, isto é, impedir o cerco da Europa pelo Império Otomano a partir do sul, ou uma visão, que hoje chamaríamos fundamentalista, de afirmação da religião cristã — que dá uma dimensão à política de expansão que não se esgota nos interesses comerciais.

JCM — Eu estou a falar da tese de Camões, que dizia que «nunca faltaram cristãos atrevimentos na pequena casa lusitana».

Sabe que o expansionismo muçulmano era uma ideia que atemorizava os cristãos, e não se esqueça que essa expansão os traz à Península Ibérica e os leva até Poitiers, a trezentos quilómetros de Paris. Mais tarde, no período do Império Otomano, chegaram até às portas de Viena. Paris e Viena poderiam ter caído nas mãos dos muçulmanos.

AV — Se considerarmos o período de cerca de 800 anos de presença islâmica na Península Ibérica, de 711 a 1492, será que se pode falar de ocupação? Oito séculos representam um número de gerações extraordinário. Com os anos, a religião muçulmana tinha passado a ser uma religião da Península Ibérica e os seus habitantes eram havia já muitas gerações nativos da península.

JCM — Pois é, tal como eu digo, se os muçulmanos têm conseguido chegar a Paris, e numa outra fase histórica, a Viena, a Europa seria muçulmana.

AV — Os mouros, tal como outros invasores, como os alanos ou os hunos; na realidade, a Europa foi palco de todas as invasões e é o seu resultado. Se os muçulmanos tivessem chegado a Paris e o Islão tivesse sido uma religião bem implantada na Europa, isso não significa que o Islão europeu fosse idêntico ao que hoje prevalece no mundo árabe ou no Irão. Aliás na Península Ibérica os reinos onde predominava o Islão eram grandes centros de cultura. Aristóteles e Platão foram reintroduzidos na Europa por filósofos andaluzes como Averróis.

JCM — Sim, com as invasões dos bárbaros, todas as bibliotecas foram destruídas. Os textos de Aristóteles e de Platão foram recuperados na Síria pelos muçulmanos, que os trouxeram até Toledo. Foi a partir daí que se começou a comentar esses textos, que serviram de base à criação das universidades medievais europeias. Portanto, os árabes contribuíram para a salvação da filosofia grega. A civilização arábica na Península Ibérica era de alto nível e tinha um forte cunho europeu. Todo aquele cariz oriental, autocrático, autoritário, fundamentalista, não esteve presente na Península Ibérica. Mas os árabes praticamente desapareceram e as massas muçulmanas, constituídas por várias etnias, pouco têm a ver com a civilização arábica tal como existiu em Espanha.

AV — Os fundamentalistas na Península Ibérica, naquela altura, eram sobretudo cristãos.

JCM — Era uma questão de reacção de autodefesa.

AV — Quando Granada caiu, em 1492, já a Europa tinha entrado no Renascimento. Mas no século XII, nos anos da chamada reconquista, os cruzados do Ocidente eram gente primitiva, que destruíam cidades onde coabitavam muçulmanos, cristãos e judeus. É evidente que não era isso que se aprendia sobre a

chamada reconquista no tristemente célebre livro único dos liceus do Mattoso, de antes do 25 de Abril. Mas, de facto, onde é que estava o bárbaro e o civilizado?

JCM — Nisso tem toda a razão, mas o nacionalismo estreito, ao longo da História, deturpa muitas coisas. Os historiadores portugueses, por exemplo, mostram um excesso de orgulho com o Infante D. Henrique, mas esquecem-se que a mãe dele era inglesa e que o Infante D. Henrique era sobrinho do rei de Inglaterra e cunhado do duque de Borgonha, ou seja, um internacionalista de sangue.

Enfim, é natural que todos os países procurem puxar a brasa à sua sardinha, como se diz. D. Henrique, para nós, é um grande homem e esquecemo-nos dos aspectos cosmopolitas que envolvem a sua personalidade. Era filho de uma estrangeira, tinha relações com outros soberanos da Europa, mantinha e cultivava esses laços. Mandou o irmão mais velho, D. Pedro, fazer uma viagem por toda a Europa para recolher elementos necessários aos seus empreendimentos. E todo o processo dos Descobrimentos é um processo de cooperação europeia, que utilizou cientistas árabes, judeus, alemães e italianos — o mais cosmopolita possível.

O que interessa é que o Portugal medieval era muito mais cosmopolita e muito mais universal do que o Portugal posterior. Mais tarde, D. Pedro e D. Miguel são duas correntes completamente diferentes, que consubstanciam essas correntes tradicionais.

AV — A questão entre os liberais e os miguelistas aproximamos do nosso tema. A animosidade contra D. Pedro por parte dos salazaristas atesta-o. Continuam a existir na sociedade portuguesa defensores e opositores dos ideais que D. Pedro encarnou.

JCM — D. Miguel era uma pessoa perfeitamente limitada. O poder absoluto era a única coisa que contava para ele — coisa

que nunca existiu verdadeiramente em Portugal. Existiu no século XVIII um simulacro do absolutismo, mas a monarquia tradicional portuguesa nunca foi uma monarquia absoluta. As ideias absolutistas tinham sido inspiradas sobretudo pela mãe, que era espanhola. Ele próprio era muito mais espanhol que português — tanto que os velhos aliados dos miguelistas eram os carlistas em Espanha. Isto é do mais obscurantista que há.

AV — Salazar era miguelista.

JCM — É possível.

AV — Durante o período do salazarismo, D. Pedro era visto como um traidor porque tinha proclamado a independência do Brasil.

JCM — Maçon, liberal do pior, libertino, traidor...

AV — Em termos de visão do mundo, de política internacional, é possível identificar o que representam a corrente liberal e a corrente miguelista?

JCM — É difícil, porque D. Miguel tinha poucas ideias e, no plano externo, era comandado por motivos de aliança táctica. Era apoiado pelos ultraconservadores e algumas casas nobres. Exagera-se ao dizer que a grande nobreza era miguelista e que só a pequena fidalguia apoiava D. Pedro. Não é verdade. Os Lavradores, por exemplo: houve um marquês de Lavradio que foi diplomata miguelista e um conde do Lavradio que foi ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador do regime liberal. Eram da mesma casa. É claro que os Lafões penderam para o lado miguelista, e o Cadaval também. O que se compreende, porque eram ligados à família de Bragança e tinham receio que o liberalismo viesse absorver os direitos dos grandes senhores feudais.

A mesma situação tinha-se verificado no tempo de D. João I. Houve muitos nobres portugueses que se puseram do lado de Espanha. Porquê? Porque queriam defender os seus feudos, os seus direitos. Mas isso não significava que não houvesse apoio da nobreza a D. João I.

AV — Em 1580, Filipe II significa uma certa visão da Europa e da sua unificação.

JCM — Filipe II tinha um conceito europeu, mas era um conceito hegemónico. Ora, todas as tentativas para a construção europeia numa base hegemónica foram um desastre. Houve a tentativa espanhola, depois a francesa, depois a alemã, e todas falharam. É uma das razões fundamentais para que nós devamos, dentro da União Europeia, opor-nos sempre a qualquer directório. Eu sou muito europeu, mas se houver um directório na União Europeia, acho que é o fim da União Europeia.

AV — O Império Espanhol alargou-se de mais, como diz Paul Kennedy¹; houve um *overstretch* [sobrextenção] que levou ao seu declínio. Em relação a Portugal, Filipe II procurou preservar a autonomia do reino português.

JCM — Filipe II é uma figura muito curiosa. Ele sentia-se muito português, era filho de uma portuguesa, fazia questão de ser português e nunca quis anexar Portugal. Zelou pelos direitos portugueses nas Cortes, respeitou as leis portuguesas, publicou o novo código e manteve sempre a identidade portuguesa.

Quando estive no Vaticano, fiz uma visita ao Museu do Vaticano com o cardeal bibliotecário, que juntou para me mostrar vários documentos históricos curiosos. Um deles era uma carta

de Filipe II para o Papa, com um selo enorme em ouro maciço e gravado com as várias armas de Espanha e com as armas de Portugal, que estavam sobrepostas às outras, não estavam unidas. Ele era rei de Espanha e de Portugal, era Filipe I em Portugal. E fez sempre questão disso, fez sempre questão de ser considerado português, neto do rei D. Manuel.

AV — Mas, em Portugal, essa característica do reinado de Filipe II, o da continuidade do reino português, é completamente ignorada ou escondida.

JCM — É a tal visão nacionalista da História, em que se distorcem as coisas, moldando-as para defender a noção nacionalista. Filipe II foi um grande português, não há dúvida, e queria ser português, embora tivesse um lado que não era português, mas que também não era muito espanhol. Depois, os seus descendentes começaram a abusar e tudo degenerou.

AV — Nesse período aparece o sebastianismo, o mito do redentor que salvará Portugal da decadência e voltará a dar-lhe as glórias do passado.

JCM — Exacto, quando Filipe II e III começaram a abusar, a esquecerem-se dos compromissos assumidos e a nomearem espanhóis para os lugares de governo, começa a haver uma reacção.

AV — Em Fernando Pessoa, D. Sebastião é quem ousa o sonho — «ser descontente é ser homem»; mas o sebastianismo pode ser o seu contrário: «O melhor é esperar por D. Sebastião, quer venha ou não.» É o Portugal atentista que acaba por alimentar o Portugal que se isola e que espera sempre por alguém que o salve ou que assuma o projecto atlantista do V Império, de reconstrução, por outras formas, do antigo império. O sebastianismo é uma componente da forma de estar dos que sonham com as

¹ Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem Martins: Europa-América, 1990.

grandezas do passado e temem as do presente e não compreendem que o espírito que levou os Portugueses aos Descobrimentos é o que nos pode permitir ter voz na Europa e no mundo.

JCM — É a tal tendência irracional, emocional, mística. O padre António Vieira era um homem inteligentíssimo. Disse coisas extraordinárias e escreveu coisas extraordinárias. Mas defendeu a loucura do V Império.

AV — Essa atitude influencia ainda a posição portuguesa em política externa.

JCM — Espero que não. O sebastianismo é uma visão completamente irracional. E, de resto, é uma fraude, porque D. Sebastião estará nos Jerónimos, num túmulo feito no século XVII. Foi o próprio xeque de Marrocos e dois fidalgos portugueses, que foram aios de D. Sebastião, que reconheceram o corpo. Há uma acta desse reconhecimento e, por isso, não há dúvidas nenhuma de que é o corpo dele. Mas, quando resolveram substituir o túmulo por um mais majestoso, então, como já se estava na época sebastianista, fizeram aquela inscrição duvidosa. Pura propaganda sebastianista.

Essa ideia mística, do V Império, é o saudosismo do espectáculo que demos ao mundo com os Descobrimentos.

AV — Alguns vivem na esperança de que isso se possa repetir, fechando Portugal à Europa — o que é um absurdo.

JCM — Mas as ideias místicas são geralmente baseadas na irracionalidade e no absurdo.

AV — O mito passou a ser, e continua a ser, o Atlântico, como pudemos constatar no discurso atlantista antieuropeu, apesar de alguns temerem o Brasil, o que resumia o tal V Império a África e ao Portugal arquipelágico.

JCM — Desconfiança em relação aos políticos brasileiros... É a tal concepção de política externa de querer impor aos outros as nossas certezas. Era impossível que o Brasil, no fundo, aceitasse e apoiasse o colonialismo de quem quer que fosse.

AV — Havia, no MNE, um sector que percebia que o colonialismo era algo condenado ao fracasso, que era preciso uma alternativa política?

JCM — Havia, mas era tudo secreto. Felizmente para mim nunca estive em sectores em que tivesse de defender aquilo que o outro lado queria. Como representante junto da OECE, não tinha de falar nesses assuntos; depois, como director-geral económico, também não. De maneira que estive sempre afastado da linha de defesa política do Ultramar. Isto não quer dizer que, às vezes, não fosse confrontado com o problema nos organismos das Nações Unidas, onde aparecia sempre alguém que, contra as regras, levantava esse problema. Aí, eu tinha de arquitectar uma defesa e, algumas vezes, consegui fazer essas manobras.

AV — Porquê contra as regras?

JCM — Pelos seus estatutos, os organismos económicos das Nações Unidas não tinham competência para tratar de problemas políticos, que eram da competência do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

AV — Qual era a sua opinião, na altura, sobre a questão colonial?

JCM — Via a questão com um certo realismo. Havia pessoas que tinham um desinteresse total pelo Ultramar, como era o caso de Ruy Guerra. Para ele, era como se o Ultramar não existisse. Mas não era essa a minha atitude. Tive sempre uma grande ligação com o Ultramar, onde vivi quando miúdo, e o meu pai foi

uma das primeiras pessoas que fez discursos contra o racismo em Moçambique. Discursos públicos, publicados na imprensa. Adelino Torres trouxe-me uma vez uma fotocópia de um jornal de Lourenço Marques com um discurso do meu pai a atacar violentamente o bispo de Lourenço Marques, que tinha feito uma escola para pretos e outra para brancos.

Franco Nogueira

AV — Calvet de Magalhães e Franco Nogueira entraram ao mesmo tempo no ministério e vieram a incarnar duas vias para a política externa portuguesa.

JCM — Eu fui colega de curso e de concurso do Franco Nogueira. Entrámos no mesmo dia. Naquele tempo, os adidos do ministério eram confirmados, passados dois anos, no quadro diplomático ou no quadro consular, porque havia uma separação entre os dois quadros. Quando chegou a altura da nossa confirmação, Álvaro Marques quis saber o que queríamos ser: diplomatas ou cônsules. Eu disse que queria ficar no quadro consular, e o Franco Nogueira disse que queria ficar no quadro diplomático. Ora, acontecia que havia seis vagas, três no quadro diplomático e três no quadro consular, e as preferências dos adidos ajustavam-se à situação. Havia três que preferiam o quadro diplomático e outros tantos que preferiam o quadro consular. Por isso, não havia problema nenhum. Álvaro Marques levou o assunto ao secretário-geral Sampaio e este não concordou. Chamou-me e tentou convencer-me a escolher o quadro diplomático. Eu

insisti o melhor que pude, mostrei-lhe as razões todas por que preferia o quadro consular. Disse-lhe que uma das razões era o problema financeiro. Havia, de facto, essa razão, mas não era a principal. A fundamental era que, se eu fosse para o quadro diplomático, poderia ir parar a uma embaixada e ter de aturar um chefe de que não gostasse. Eu conhecia o ministério muito bem e não queria cair nessa situação. Preferia ser cônsul, porque depois de ser cônsul-geral poderia ascender a ministro e embaixador, e eu queria ser independente. Mas isso era uma opinião reservada. A atitude de Teixeira de Sampaio para com Franco Nogueira foi precisamente a contrária.

AV — E baseava-se em quê essa atitude reservada em relação a Franco Nogueira?

JCM — Franco Nogueira não tinha, de facto, um perfil diplomático. Era uma pessoa que gostava de discutir conflituosamente. A própria maneira de ser dele, até a física, levou Sampaio a considerá-lo como pouco próprio para as funções diplomáticas. Deve dizer-se que Sampaio era um tanto elitista. Para ele, Franco Nogueira não era pessoa adequada para o serviço diplomático. Franco Nogueira não aceitou a opinião de Sampaio e fez uma resistência árdua, de acordo com o feitio dele. Disse: «Não, não, eu vim para o ministério para exercer um cargo diplomático e, se não me põem num cargo diplomático, eu demito-me e vou-me embora. Não quero.» Perante a situação, em que as vagas se ajustavam perfeitamente aos desejos dos adidos, Sampaio teve de ceder.

AV — Mas Franco Nogueira tinha já apoios fortes nessa altura?

JCM — Não. Mas Sampaio era um homem bastante maquiavélico. Ao mesmo tempo que se resignou na colocação dos

adidos, fez uma combinação com o embaixador em Washington, que queria mais um secretário, e designou-me, em 1945, cônsul-adjunto em Nova Iorque dando instruções ao embaixador para que, depois, me chamasse em serviço para a Embaixada.

AV — Como foi o início da carreira diplomática de Franco Nogueira?

JCM — Como disse, Franco Nogueira teve de se haver com Teixeira de Sampaio, um homem com uma larga experiência. Quando ele queria que Franco Nogueira fosse cônsul, por intuição estava a acertar em cheio. Porque Franco Nogueira nunca foi, de facto, um diplomata, nem tinha mentalidade de diplomata. Mesmo do ponto de vista da carreira, ele só exerceu o posto de diplomata no princípio. Esteve em Tóquio como encarregado de negócios, enquanto não nomearam um ministro. Foi o único posto diplomático que exerceu, mais nenhum. Depois, veio a ser cônsul em Londres, por exigências de estágio, para ser promovido a ministro. Tinha de ter alguns anos de serviço consular. Nessa altura, as duas carreiras misturavam-se. Mas, realmente, nunca exerceu uma missão diplomática no estrangeiro. Exerceu funções no ministério, isso sim.

AV — Falemos das posições respeitantes às relações com a Espanha, para perceber se havia pontos de vista diferentes e compreender melhor qual era o seu pensamento sobre essa pedra de toque que são as relações ibéricas. A relação com a Espanha é ainda a pedra de toque do pensamento europeu ou antieuropeu, nacionalista ou cosmopolita. A visão nacionalista da Espanha com o inimigo está na raiz do pensamento antieuropeu.

JCM — A relação com a Espanha... é um bocado difícil. Salazar, por causa da Guerra Civil, procurou criar um novo quadro de

relacionamento entre o governo português e o governo espanhol. O governo português ficou com receio de uma vitória dos comunistas. De maneira que deu todo o apoio ao movimento franquista, embora toda a gente saiba que existiam grandes diferenças entre aquilo a que depois se chamou franquismo e o pensamento de Salazar. Visões políticas diferentes. Quando os militares espanhóis resolveram revoltar-se contra o governo de Madrid, por acharem que era de esquerda e que era aliado dos comunistas, escolheram como líder do movimento o general Sanjurjo. Sanjurjo partiu de Cascais numa avioneta para assumir em Espanha a chefia do movimento. Ora, eu tinha um irmão mais velho, muito nacionalista, que andava com um grupo de rapazes com um nacionalismo muito curioso, um nacionalismo anti-salazarista.

AV — Do movimento nacional-sindicalista dirigido por Rolão Preto?

JCM — Alguns sim, mas não eram todos ligados ao nacional-sindicalismo. Havia alguns ligados ao integralismo. Meu irmão era mais chegado ao grupo dos monárquicos integralistas. O facto é que eram nacionalistas, contra Salazar. Achavam que Salazar era um tipo que não era carne nem peixe, era um tipo indefinido. Não era tão nacionalista como eles achavam que devia ser. E esse meu irmão foi com um grupo de amigos visitar Sanjurjo, a Cascais, e cumprimentá-lo porque ele ia assumir um cargo de chefia do movimento contra o governo de Madrid. O meu irmão contou-me que houve um que lhe perguntou qual era a opinião que tinha sobre o Salazar. E ele disse-lhe: «Salazar es un político de medias tintas.» Havia, realmente, uma diferença muito grande entre o pensamento franquista e o salazarista.

Franco e o seu movimento eram hipernacionalistas, como Mussolini. Salazar não era muito bem definido, era o tal «meias-tintas».

Mas o que é facto é que, estrategicamente, Salazar tinha de se aliar ao Franco. Tinha receio que uma vitória comunista pudesse depois levar à absorção de Portugal e tinha alguma razão. Simplesmente, a Falange, a ala direita, mais avançada do franquismo, pretendia igualmente a anexação de Portugal. Franco conseguiu sempre contê-los um bocado. Nesse capítulo, foi muito mais moderado. A Falange era completamente iberista, queria a anexação de Portugal. O receio de Salazar quanto ao lado «vermelho» também existia com uma vitória da Falange. Os falangistas tinham mapas, distribuídos por toda a parte, com a Espanha a ocupar toda a península, em que Portugal era uma província.

Havia essa corrente forte em Espanha. Salazar conhecia tudo isso e actuou sempre de forma prudente e dúbia. Por vezes, alguns historiadores têm certa dificuldade em entender as ambiguidades do Salazar. Em muitas coisas, era bastante ambíguo. A tal ideia das «meias-tintas». Era muito prudente e tinha aquela manha que aplicava na política e que, às vezes, era difícil de entender. As pessoas têm a mania de ver o Salazar como um ditador, fascista, e tiram daí as suas conclusões, que quase sempre são erradas.

AV — Em relação à Espanha, apesar dessas ambiguidades, a posição do regime era paradoxal: Salazar tinha uma relação de proximidade ideológica com Franco, mas a propaganda portuguesa, os livros escolares portugueses da altura, como o livro único de História do Mattoso, o nacionalismo português eram fundamentalmente anticastelhanos e antiespanhóis. Era e é ainda assim o nacionalismo português.

JCM — Era, era já assim nessa altura. Não há dúvida.

AV — Franco Nogueira já professava o anticastelhanismo tão característico do seu pensamento?

JCM — Nessa altura, ainda não se manifestava. Só mais tarde, enquanto ministro, é que começou a sair um pouco da linha do próprio Salazar. Salazar nunca fez declarações antiespanholas. Franco Nogueira dava-se ao luxo de as fazer.

AV — Mas Salazar promovia o nacionalismo antiespanhol...

JCM — Sim, sim. Salazar, mais uma vez, era ambíguo.

AV — Mas esse nacionalismo era o credo e a energia da Mocidade Portuguesa e da Legião!

JCM — Era. Mas havia a ideia do anticomunismo. Ao mesmo tempo, Salazar teve sempre muito cuidado com a questão espanhola. Mas só vamos encontrar uma viragem com Marcelo Caetano. É ele que faz uma certa abertura em relação à Espanha.

AV — Mas nessa altura já se manifestavam alguns intelectuais defendendo a abertura em relação à Espanha. Não me estou a referir à proximidade ou distância do ponto de vista político e ideológico... mas à constatação de um facto da geografia, que a Espanha é o nosso vizinho com quem temos de ter necessariamente relações políticas e económicas.

JCM — Não há dúvida. Mas existia sempre aquela ideia de que temos de nos apoiar na Inglaterra.

AV — Essa corrente atlantista de aliança com a potência marítima dominante contrasta com algum pensamento iberista que existia em Portugal, pelo menos em alguns sectores intelectuais?

JCM — Disso não há dúvida, mas era uma coisa muito limitada, nunca teve grande repercussão. Em 1870, naquele livro de Andrade Corvo que já referi, *Perigos*, afirmava: «E agora não pensem vocês que isto da Espanha é uma coisa que se deve seguir à unificação alemã e italiana.» E explica as razões por que é que nós somos independentes e queremos ser independentes. Era um panfleto anti-iberista. Foi ele que veio a ser ministro dos Estrangeiros.

AV — Mas essa corrente que Franco Nogueira veio a representar, nessa altura, a nível do ministério, era uma corrente já existente e com influência?

JCM — Mais ou menos, dependendo das pessoas, das situações. Mas não era uma concepção profundamente aceite.

AV — Mas não havia uma sensibilidade ou uma corrente claramente nacionalista dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros a que mais tarde se poderia chamar, se tal expressão faz sentido, de «franco-nogueirismo»?

JCM — Não, de forma alguma. Era mais uma manifestação de disciplina funcional.

AV — O que entende por disciplina funcional nas circunstâncias do Estado Novo?

JCM — Uma atitude de obediência, com ausência de crítica da política oficial, dentro do princípio de que o diplomata é um mero executante.

AV — Mas a visão salazarista da política externa? Essa orientação, nessa altura, não tinha defensores entusiastas no ministério?

JCM — Havia, por assim dizer, uma neutralização das ideias liberais. A visão salazarista não era geralmente discutida. Se havia pessoas que tinham tendências contrárias, manifestavam-nas fora do ministério. Mas o que é facto é que também não havia uma manifestação clara e aberta de «franco-nogueirismo».

AV — O que queria saber é se há uma origem dessa corrente isolacionista, incarnação de um Portugal provinciano, pouco aberto ao mundo, desconfiado de tudo que seja interdependência.

JCM — Não, dentro do ministério não. Porque o Ministério dos Negócios Estrangeiros era constituído fundamentalmente por diplomatas que andaram lá por fora, que conheciam o mundo e, portanto, estavam melhor informados. Eu sabia que alguns tinham uma formação europeísta, mas eram poucos. E se existiam mais alguns, não se manifestavam.

DIPLOMACIA, A ARTE DO COMPROMISSO

AV — Como definiria um diplomata?

JCM — Um diplomata é um negociador, e um negociador é um indivíduo que está preparado para o compromisso, os arranjos. Franco Nogueira não tinha mentalidade de diplomata. Ele era uma pessoa pouco dada a isso.

Franco Nogueira, já depois do 25 de Abril, regressou a Portugal e começou a fazer variadíssimas publicações. Nomeadamente, uma colectânea de conversas que teve com figuras importantes sobre a questão ultramarina¹. E tem uma introdução — que não sei se as pessoas leram com a devida atenção — em

¹ Franco Nogueira, *Diálogos interditos: A política externa portuguesa e a guerra de África*, Braga: Intervenção, 1979.

que ele afirma: «Um país é um agregado de mistérios e um sistema de certezas internas, partilhadas por todos os nacionais. Política externa é fazer projectar para lá da fronteira aquela sensação e aquelas certezas. É impor a terceiros a realidade nacional e defendê-la. É agir de modo que terceiros a aceitem, acreditem e vejam como a vêem os próprios nacionais.»

AV — Uma política de pensamento único. É a defesa da ideia geopolítica de que a política externa se guia por interesses permanentes e eternos de um dado Estado.

JCM — Por certezas. Ele diz: «Política externa é fazer projectar para lá da fronteira aquela sensação e aquelas certezas.» E também diz: «Impor a terceiros a realidade nacional e defendê-la.» Impor ao estrangeiro! Ele fala em impor as nossas certezas ao estrangeiro. Impor! E eles têm de aceitar.

AV — Foi o que Franco Nogueira tentou, com a sua reconhecida tenacidade, em vão, na questão colonial. E qual é a sua definição de política externa?

JCM — Política externa é procurar conjugar os interesses nacionais com os interesses dos nossos parceiros internacionais.

AV — Ou seja, um enorme esforço de procura dos interesses comuns, das convergências e de inserção na comunidade internacional...

JCM — Sobre isso, vou-lhe fazer uma citação. Em 1971, fiz uma conferência nos Altos Estudos Militares — Franco Nogueira já não era ministro. Para mostrar qual era a situação de Portugal no mundo, na introdução, digo o seguinte: «A vida comunitária internacional, ou seja, a vida de uma nação no seio da comunidade internacional, oferece, pois, um conjunto de vantagens e

de limitações, que constituem o equivalente ao conjunto de vantagens e limitações que um homem tem como membro de uma sociedade nacional. Um excessivo particularismo poderá levar, por vezes, a esquecer esta dupla faceta da vida comunitária. Mas uma análise objectiva e desapaixonada da realidade faz-nos ver a evidência desta realidade palpável.» Digo que é preciso não esquecer que a nação também faz parte da comunidade internacional, e este facto implica uma série de relações com outras nações, componentes dessa comunidade, cuja análise procurei fazer. O que digo é que há limitações pelo facto de pertencermos a uma comunidade internacional.

AV — As limitações são apenas uma das consequências de aceitar o princípio da associação com outros Estados e certamente não a mais importante.

JCM — Certamente que tem vantagens, mas também limitações.

AV — Mas como se podia pensar sobre política externa independentemente das opções políticas do momento?

JCM — Era preciso fazer uma biografia a sério do Franco Nogueira. Poucas pessoas conhecem o Franco Nogueira tão bem como eu. Fui colega dele durante 5 anos, na faculdade. Fui colega dele durante toda a vida no ministério. Mas, o que é facto é que ele era um homem com pouca imaginação. Um dia foi levado para a política e bebeu as ideias de Salazar, sem qualquer espírito crítico. Tinha uma tendência para a afirmação. Se pegar na biografia do Salazar que ele escreveu, encontra em quase todas as páginas as expressões: «é evidente», «não há dúvida», «isto é inquestionável». Ele afirmava e não havia discussão. Ele faz essas afirmações sem as fundamentar. Acha que não tem de fundamentar.

Franco Nogueira era um homem com pouca imaginação que absorveu uma filosofia política que lhe foi praticamente transmitida pelo Salazar. Mas enquanto o Salazar era um homem ambíguo e cuidadoso na condução da sua política, o Franco Nogueira, com o feitio que tinha, era afirmativo.

«Franco Nogueira era um homem com poucas ideias próprias e uma política que foi praticamente transmitida pelo Salazar. Não era uma liberdade de pensamento ou vontade de controlar a política. O Franco queria ser o chefe das ideias em Portugal, mas não conseguia»

A doutrina de Salazar

AV — A doutrina de Salazar em política externa era toda feita da recusa em aceitar uma pluralidade de opções e de se adaptar às transformações internacionais. Para si qual é a referência-chave para se compreender a concepção de política externa de Salazar?

JCM — A grande filosofia política no Estado Novo nacionalista foi ditada pelo Salazar no célebre discurso de Braga que iniciou o Estado Novo. Salazar foi a Braga, ainda como ministro das Finanças, e fez um discurso em que disse: «Deus não se discute. A Pátria não se discute. A família não se discute.» Era a base, eram os dogmas do novo regime. E eu pergunto-me: para que é que existem as faculdades de Teologia? Não sei o que é que lá fazem. A pátria não se discute? Como é que se explica que se permita que as pessoas adotem outra nacionalidade? A família não se discute? O que é que acontece a um desgraçado que tem um pai preso porque é ladrão, ou que a mãe é prostituta? Só para mostrar o que vale a filosofia dos absolutos.

AV — Era o dogmatismo e a imposição à política externa da concepção autoritária do Estado Novo. A política externa não é independente das opções políticas de quem está no poder, embora esta seja uma área em que se geram grandes consensos entre forças políticas próximas ideologicamente. As mudanças de governo nos últimos 25 anos provocaram pequenas mudanças na política externa. Mas por vezes as mutações são radicais, sobretudo quando há alterações de regime. Foi o que aconteceu em Portugal, embora a mudança só se tenha consolidado em 1986 com a adesão europeia. Se o Partido Comunista tivesse triunfado em Portugal, a política externa desta República teria sido bem diferente. A nação portuguesa não reage como ente vivo como alguns pensam. É difícil perceber esta concepção de Portugal «organismo vivo», que opta de forma determinista, independentemente dos Portugueses.

JCM — Era a concepção de um Portugal único, indivisível, herdeiro de um património histórico glorioso que era nosso dever manter íntegro, defendendo-o da cobiça dos outros Estados. Era o Portugal eterno, cuja apoteose foi feita nas comemorações centenárias de 1940. No que se referia particularmente aos territórios ultramarinos, procurava-se ignorar e combater o movimento internacional em favor da descolonização e reprimir as aspirações nacionalistas dos nativos nesses territórios.

AV — A ideologia nacionalista de Salazar que nos isolou das grandes transformações europeias, mas também mundiais, do pós-guerra...

JCM — É claro que, dentro do conceito de unidade do Salazar, predomina uma mentalidade nacionalista. Mas Salazar, na aplicação da política, era um homem mais prudente.

AV — Franco Nogueira era um executante da política de Salazar.

JCM — Sim, era a mesma política, mas posta em prática por Salazar de forma mais prudente. A concepção dele — que era um bocado difícil de entender, mas era a sua — consistia em juntar pessoas com ideologias diferentes e realizar o interesse nacional. Isso era um bocado ilusório, mas a ideia dele era essa. A ideia da União Nacional.

AV — Ao mesmo tempo que reprimia brutalmente os opositores. Tenho dificuldade em entender a diferença entre a política de Franco Nogueira e a de Salazar.

JCM — A política era de Salazar. Franco Nogueira defendia-a com particular vigor. O seu estilo era combativo. Salazar era mais sereno e doutrinário nas suas afirmações políticas. Nos contactos com estadistas estrangeiros expunha serenamente as suas ideias. Franco Nogueira invectivava-os. Havia uma diferença de estilo.

AV — Mas apesar de tudo Franco Nogueira deixou numerosos admiradores e como que uma «escola» na política externa e na estratégia portuguesa que continuou a ter influência no pós-25 de Abril.

JCM — Sim, é bem provável. Se você falar com alguns funcionários do ministério, os tais que ele chamava de «politicamente disciplinados», eles tomam como referência Franco Nogueira, acham que teve uma acção brilhante, que levou o MNE às primeiras páginas dos jornais. Por isso identificam-se com ele. Mas são pessoas que nunca souberam, nunca conheceram a fundo, o pensamento e a maneira de ser de Franco Nogueira. Aceitaram-no como uma espécie de líder. Há mesmo pessoas que estavam convencidas de que ele estava completamente preparado para chefiar o governo.

AV — Vemos que mesmo agora continua a haver quem tenha uma atitude de desconfiança em relação à integração europeia e uma atitude essencialmente defensiva em relação às suas consequências para Portugal.

JCM — Ainda é dominante. Há mesmo teorias fantásticas a esse respeito. Uma delas era a existência de um acordo secreto entre a Inglaterra e a América, em que a Inglaterra ficava com Moçambique e os Estados Unidos com Angola. Como os Americanos não tinham conseguido nada de nós, então usavam os Brasileiros como seus representantes!

AV — Como se os Americanos precisassem da ajuda dos Brasileiros.

JCM — Depois, ele tinha umas noções simplistas da política externa. Ele dizia-me que os Brasileiros estavam muito interessados em Angola, porque eram mandados pelos Americanos. Que eram os Americanos a tentar penetrar em Angola. Evidente que isto chega a ser infantil. Mas tomáramos nós que os Americanos se tivessem interessado por África.

AV — Como é que se formou diplomacia com grande profissionalismo, inteligência diplomática e prudência excessiva? Terá sido porque a diplomacia portuguesa teve de estar durante muito tempo na defensiva, em consequência da guerra colonial e do isolamento internacional que criava? A diplomacia portuguesa era essencialmente, antes do 25 de Abril, de *damage control*?

JCM — Isso é verdade. Consciente ou inconscientemente, os diplomatas portugueses evitavam tomar posições próprias e muitos por falta de formação eram atraídos pelo protagonismo de Franco Nogueira.

Mas o que é facto é que há pouca reflexão, pouco estudo, desses diplomatas, que são «funcionários» e que accitam Franco

Nogueira como uma referência, um homem brilhante que falava com grande fluência e convicção.

AV — Eu não me referia à admiração pelo homem e aos seus inegáveis dotes oratórios, mas à permanência de algumas das suas ideias.

JCM — As ideias estão muito ligadas à personalidade do Franco Nogueira. Porque, se o Franco Nogueira dizia que isto era assim, então era a verdade.

AV — E não havia o complexo do pequeno país? Ainda por cima tão isolado, do ponto de vista internacional.

JCM — Isso também é verdade. Muitos, apesar de andarem pelo estrangeiro, eram completamente impermeáveis, em muitos aspectos, ao que viam. Dependia do tipo de pessoa. Um diplomata é um bicho raro, uma pessoa com um certo temperamento, com uma certa cultura. Mas quando as pessoas vão para o ministério simplesmente à procura de um emprego, não considero que sejam diplomatas. São pessoas que nunca negociaram, nem tinham jeito para negociar. A razão pela qual fiz, ao longo da minha carreira, tantas negociações, foi porque não havia outros, ou havia poucos, para negociar. Eu era capaz de negociar qualquer coisa, por isso as negociações choviam sobre mim. Para se conseguir um acordo tem de se fazer cedências. Mas não é só isso. Por exemplo, quando eu negociei — é um caso paradigmático — a revisão da Concordata com a Santa Sé, o que poderia dar em troca? A Igreja ia fazer uma concessão e teria de receber alguma coisa em troca. É esta a ideia do negociador.

A outra ideia, que eu achei sempre indispensável, era a de que, quando estamos a negociar, temos de pensar sempre no caso da outra parte, saber as limitações e possibilidades que tem. Temos de estudar o caso da outra parte tão bem como o nosso. Se

não temos isso em consideração, podemos estar a entrar num beco sem saída. Se eu for pedir a um país uma coisa que ele não pode, de maneira nenhuma, conceder, não se consegue chegar a qualquer acordo.

Nas negociações com os Estados Unidos, em 1983, os militares queriam que os Americanos se comprometessem num acordo formal sobre todas as facilidades que nos queriam oferecer. Mas, para isso, eles tinham de ir ao Congresso, onde nenhum acordo formal poderia ser aceite. Estávamos a pedir aos Americanos uma coisa que eles não podiam conseguir, e tínhamos de arranjar uma maneira de rodear o problema. Quando negociei com o Vaticano, tinha de lhes dar qualquer coisa. E o que lhes poderia dar? Consegui convencer o Vaticano que, ao aceitarem eliminar o artigo 24, incluiríamos no Protocolo um artigo que confirmava a Concordata, assinada em 1940. É isso que ainda está em vigor, desde 1975 até ao presente. Esta foi uma jogada, mas não a única. Fui eu que encontrei a solução para resolver os problemas do próprio Vaticano, porque compreendi as dificuldades deles. Eu sabia que eles não podiam fazer nada que pudesse ser interpretado como uma alteração do conceito de casamento católico.

O que quero dizer, com isto tudo, é que um negociador, um diplomata, tem de estar preparado para fazer concessões e também compreender o caso da outra parte. É preciso uma capacidade especial.

Do Plano Marshall à adesão

AV — No pós-guerra começa a colocar-se a questão da integração europeia, impulsionada, aliás, pelos Americanos, com o Plano Marshall, e começa então a surgir entre nós uma corrente europeísta...

JCM — ... não havia propriamente uma corrente. Nós, os poucos europeístas, tínhamos um pensamento nosso, mas que não era público.

AV — Mas iam paulatinamente colocando Portugal nas organizações europeias de cooperação económica, primeiro a OECE¹ e mais tarde a EFTA, e afirmando-se como uma corrente.

JCM — Havia indivíduos que começavam a trabalhar connosco e que acabavam por aceitar a mesma atitude, o mesmo espírito, mas não havia propriamente uma corrente, nem havia do

¹ Organização Europeia de Cooperação Económica. Em 1960 foi extinta e substituída pela OCDE — Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico.

nosso lado qualquer promoção nesse sentido. Foi tudo feito com bastante discrição, quando regresssei ao serviço no ministério.

AV — Em que ano?

JCM — Em 1964. António de Siqueira Freire¹, por exemplo, era já adjunto do director-geral, que anteriormente era o Albano Nogueira, e não tinha uma posição definida. Ajudei à sua transferência para Genebra, para tratar dos assuntos da EFTA e foi nessa altura que ingressou no círculo dos europeístas. A partir daí, passou a ser um europeísta convicto. É um caso concreto. Houve uma série de circunstâncias fortuitas, que não foram intencionais, mas que levaram à formação de uma certa corrente europeísta no ministério.

AV — Admite pois que se foi formando uma corrente europeísta. Que nomes se podem referir para além de Calvet Magalhães, Ruy Guerra e Siqueira Freire, aliás autores de uma brochura muito interessante sobre a participação portuguesa nas organizações europeias?²

JCM — Nos anos 60, a que me estou reportando, não lhe sei dizer. Franco Nogueira era ministro, era conhecida a sua hostilidade à integração europeia, e no MNE ninguém se atrevia a manifestar abertamente ideias europeístas.

¹ António José Aniceto de Siqueira Freire (1918-1999). Adjunto-geral do director-geral dos Negócios Económicos e Consulares, interino, em 1963. Chefe das delegações permanentes junto do GATT e da EFTA, em Genebra, em 1966. Ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 1967, continuando na mesma comissão. Embaixador, em 1973, continuando em Genebra como chefe das delegações junto da EFTA e do GATT. Director-geral dos Negócios Económicos, de Julho a Novembro de 1974. Chefe da missão junto das Comunidades Europeias, em 1974. Embaixador em Paris, 1979. Membro do Conselho Geral do IEEI (1992-1999).

² Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José Calvet de Magalhães, *Os movimentos de cooperação e integração europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*, Lisboa: I.N.A., 1981.

AV — Quando saiu de Cantão para ir para Paris, estamos em 1949, ano da vitória do Partido Comunista da China?

JCM — Estamos já em 1950.

AV — Ficou pois na China um ano depois da chegada ao poder de Mao Tsé-tung. Deve ter sido uma experiência muito interessante para um diplomata, plena de ensinamentos para uma carreira que estava no seu início.

JCM — Foi, com efeito. Essa minha experiência foi em parte relatada num pequeno livro que publiquei em 1992, intitulado *Macau e a China no após Guerra*¹. Quando saí de Cantão, era ministro Paulo Cunha e solicitei-lhe um posto na Europa.

AV — E porquê essa vontade de ter um posto na Europa depois de quatro anos no Oriente?

JCM — Era uma mudança natural. Vim em regime de licença para Lisboa e disse ao ministro que queria um consulado na Europa. Um dia, o Paulo Cunha telefonou-me e disse: «Tenho duas coisas a oferecer-lhe. Uma é o consulado em Génova e a outra é para ser secretário da Embaixada em Paris.» Respondi-lhe: «Ah, isso eu escolho já.» E ele respondeu-me: «Ah, não, não escolha já. Você vai ter 24 horas para pensar. E só me vai dizer amanhã.» E eu: «Mas eu quero escolher já.» «Não, você vai decidir amanhã.» E depois, o que aconteceu? Aconteceu que, no dia seguinte, fui chamado ao director-geral, que me fez um grande discurso dizendo que eu deveria ir para Paris.

AV — Porque é que queria ir para o Consulado e não para a Embaixada?

¹ José Calvet de Magalhães, *Macau e a China no após guerra*, Macau: Instituto Português do Oriente, 1992.

JCM — Ser segundo secretário na Embaixada de Paris era ganhar mal. Era uma chatice. Como resisti, fui chamado ao secretário-geral, o conde de Tovar, e ele, homem mais enérgico, quase me impôs a ida para Paris. E fui para Paris. Fui para a Embaixada em Paris.

A NATO já tinha sido criada mas ainda estava a funcionar em Londres. Em 1952, a sede transferiu-se para Paris e eu fui agregado à delegação da NATO. Tudo isto foi fortuito, não houve aqui pensamento político nenhum, e nem ninguém sabia das minhas ideias europeístas. Não houve intenção política de espécie nenhuma.

A razão de ter ido para Paris estava ligada ao embargo da exportação de produtos estratégicos para a União Soviética e para a China, com reflexos em Macau. No MNE queriam alguém que fosse versado nas questões de Macau. Mas eu só soube disso quando lá cheguei. Passados poucos dias, chegou um ofício para a Embaixada, dizendo que nós tínhamos decidido entrar no COCOM [Comité de Coordenação de Controlos de Exportações Multilaterais] e que eu seria o delegado de Portugal. Aí está a explicação. Não tinha nada a ver com a questão europeia.

Eu sou transferido para a NATO quando Ruy Guerra chefiava a nossa delegação na OECE. Nós já tínhamos relações de amizade e, em Paris, na altura, estava a ser negociada a Comunidade Europeia de Defesa (CED). Entrámos logo em conluio e a discutir os problemas europeus. A CED falhou mas, pouco depois, começou a discutir-se o Mercado Comum.

Mantive-me na NATO até 1956 e fui depois substituir Ruy Guerra, que regressou a Lisboa. Tudo isso aconteceu por acaso, mas permitiu que nós dois criássemos um pacto comum europeísta. Mas não houve um pensamento político prévio nesse sentido, apenas um conjunto de circunstâncias. Porque é que mandaram para Paris a pessoa mais europeísta que tinham no ministério quando Paris era o centro das negociações europeias? Ninguém conhecia as minhas ideias.

AV — A opção de colocarem Ruy Guerra em Paris já pode ter sido um pouco mais intencional, não?

JCM — Ele também foi para Paris por razões completamente fortuitas. Foi sempre um grande amigo de Marcello Mathias¹, e quando foi transferido de Boston, foi nomeado cônsul em Liverpool. Entretanto, Marcello Mathias deixa o ministério, é nomeado ministro em Paris e convida Ruy Guerra a ir para a Legação trabalhar com ele. Tudo isto acontece por razões de amizade pessoal. Mas o encontro entre mim e Ruy Guerra acabou por permitir formar um forte núcleo europeísta.

Ruy Guerra teve de tomar conta do Plano Marshall. A atitude inicial de Portugal face ao Plano Marshall foi de distanciamento, e encarregou-se o secretário da Embaixada, Ruy Guerra, de tratar desse assunto, de importância menor. Marcello Mathias não ligava nenhuma à questão porque Salazar também não ligava. Salazar achava que o Plano Marshall era mais uma das fantasias americanas, que não tinha importância nenhuma. Mas não dizia isto em público, só em privado. Ruy Guerra, que tratava daquela papelada toda, pensava de outra forma.

AV — Ruy Guerra, ao contrário de Salazar, não tinha preconceitos ideológicos antiamericanos que tolhessem a sua análise.

JCM — Não, não tinha nenhuns.

AV — Mas Salazar tinha e por isso foi incapaz de pressentir o papel que os Estados Unidos iam ter no pós-guerra e as mutações internacionais que acarretava a predominância mundial de uma poderosa e pujante nação democrática.

¹ Marcello Gonçalves Mathias. Nasceu em Lisboa em 15 de Agosto de 1903. Licenciado em Direito, foi aprovado no concurso para o quadro diplomático e consular em 1930. Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958 e 1961.

JCM — Ruy Guerra interessou-se, apaixonou-se pelo assunto, participou em todas as reuniões importantes que houve para a criação da OECE, concebida para dar execução ao Plano Marshall. Como era uma pessoa de muito prestígio, de grande contacto social, criou imensas relações, sobretudo com os americanos. Chegou a criar relações quase íntimas com Averell Harriman¹, que ia jantar a casa dele, sendo ele apenas um primeiro secretário.

Os Americanos ofereceram ajuda aos Aliados mediante várias condições. A primeira das quais era que a distribuição da ajuda fosse feita pelos próprios países beneficiários que tinham, para isso, de se organizar. Havia a ideia de fazer a distribuição em conjunto, ou seja, de promover uma união europeia. A outra ideia, que geralmente não é referida, é de que toda a política económica europeia se baseasse na liberdade comercial. Os países que se associaram para receber a ajuda americana comprometiam-se a fazer o seu desenvolvimento económico na base da política americana de liberdade comercial. Essa foi a parte importantíssima do plano. Geralmente, quando se fala nessa época, fala-se do Plano Marshall como uma ajuda financeira, mas esquece-se a parte mais importante, que foi a liberalização da actividade comercial.

AV — Os Estados Unidos preconizavam não só a liberalização do comércio intra-europeu, mas também a associação económica dos Estados que acabavam de sair da guerra.

JCM — Foi o que permitiu o ressurgimento europeu nos anos 50. A ajuda financeira foi feita em duas fases: em 1949-50 e em 1950-51. Portugal não quis ser incluído na primeira, porque já

¹ William Averell Harriman (1891-1986). Nomeado por Roosevelt como embaixador dos Estados Unidos na União Soviética em 1943, cargo que exerceu até 1946, quando o presidente o nomeou para secretário do Comércio. Harriman trabalhou no Plano Marshall entre 1949 e 1950.

tinha declarado que não precisava de ajuda. Mas quando apareceu a lista da distribuição, omitindo Portugal, Ruy Guerra declarou: «Não, não. O facto de o meu país não ter pedido ajuda, não quer dizer que não figure na lista de distribuição, porque o Governo português amanhã pode mudar de posição.»

AV — Essa posição prudente tinha-lhe sido transmitida de Lisboa?

JCM — Não, foi iniciativa de Ruy Guerra, um simples primeiro secretário, sem quaisquer instruções. E o que é que aconteceu? No ano seguinte, já depois de distribuída a primeira fase da ajuda, rebentou a crise financeira em Portugal. Daniel Barbosa, o ministro da Economia daquela altura, começou a fazer importações em massa, para manter o abastecimento interno. Ora, a política económica de Salazar era baseada numa forte cobertura do escudo e a crise trouxe uma quebra importante das reservas do Banco de Portugal. O ministro satisfez o consumo interno mas pagou as importações em divisas, porque as nossas exportações tinham baixado drasticamente. As nossas exportações não eram, nessa altura, de produtos prioritários mas de bens dispensáveis: bebidas, conservas de peixe. Por isso caíram brutalmente. Salazar ficou assustadíssimo e o ministro Lumbrales, seu braço direito, concluiu que «a nossa salvação é podermos beneficiar do Plano Marshall». E Salazar perguntou: «Como é que se faz isso?» «Chama-se o Guerra», sugeriu Lumbrales. Ele veio a Lisboa e Salazar perguntou-lhe: «Acha que é possível?» Guerra respondeu: «Acho que sim. Primeiro, porque nós nunca abdicámos da ajuda, apenas fizemos uma reserva, deixando a questão em aberto. Segundo, preciso que me dêem meios de constituir uma delegação com os técnicos necessários.» Salazar aceitou e Ruy Guerra lá se desenvencilhou para participar na segunda fase de distribuição da ajuda que, depois da segunda fase, acabou. A OECE podia ter acabado nessa altura. Mas havia a questão da

liberalização e foi por isso que a OECE continuou e criou o Comité do Comércio, constituído pelos altos representantes de todos os países membros que dirigiam a política comercial dos seus respectivos países. E quem é que aparece a representar Portugal? José Gonçalo Correia de Oliveira¹. Porque era o presidente do Conselho Técnico Corporativo, o órgão que, no Ministério da Economia, se ocupava da política comercial externa. José Gonçalo, muito jovem (acho que só tinha 27 anos) foi nomeado presidente do Conselho Técnico. Trabalhou durante alguns anos com os representantes máximos da política comercial dos países da OECE. Criou uma posição notável e absorveu a filosofia da liberalização do comércio e da livre circulação de capitais.

AV — Os instrumentos, nos primórdios da integração europeia, eram essencialmente económicos; como preconizava Montesquieu, era o «doce comércio»² concebido como instrumento da paz.

JCM — Exactamente. Tudo isso decorria de um pensamento sobre a paz e a segurança na Europa. Salazar dizia que os Americanos não percebiam nada de assuntos europeus. Quem lê as memórias do George Kennan verifica, porém, que o pensamento que está expresso no Plano Marshall resulta de estudos profundos da realidade europeia, em cuja preparação participou o próprio Kennan.

AV — Nessa altura, ser a favor do Plano Marshall era ser a favor da unidade europeia, que era então um dos objectivos da política americana.

¹ José Gonçalo Correia de Oliveira. Subsecretário de Estado do Orçamento entre 1955 e 1958. Em Agosto de 1958 passa a secretário de Estado do Comércio. Foi responsável pela coordenação das negociações que levaram à constituição da EFTA.

² Montesquieu fala do doce comércio em *O espírito das leis*.

JCM — Por isso, a princípio, os europeístas tinham uma ligação muito forte com os Americanos, mas, a partir de determinado momento, estes últimos começaram a tender para uma filosofia de pendor mais isolacionista.

AV — Como é possível que um primeiro secretário tivesse tanta iniciativa como tinha Ruy Guerra? E quais eram as funções do segundo secretário Calvet de Magalhães?

JCM — Como expliquei, a princípio, Salazar não se interessou pelo Plano Marshall e o assunto foi entregue ao primeiro secretário da embaixada em Paris. Ninguém mais estava preparado para tratar do assunto e tanto Salazar como Lumbrales foram forçados a depositar nele as suas esperanças. Guerra era, aliás, uma personalidade forte que inspirava confiança. Nessa altura ainda estava em Cantão e não tive qualquer intervenção na matéria.

AV — É nessa altura, nos anos 50, que é lançada a Comunidade Política Europeia¹, o Plano Pleven, e com ele a ideia da Comunidade Europeia de Defesa. Tratava-se já do projecto da Europa política, que só viria a ser retomado quase quarenta anos mais tarde. Nas suas conversas com Ruy Guerra, parecia-vos uma ideia com sentido — a ideia da Europa política, com capacidade de defesa?

JCM — Eu achava a ideia formidável, se se pudesse realizar. E dizia para mim mesmo: vamos ver se isto marcha. A ideia da CED foi um sucesso. É essa a parte trágica...

¹ Projecto lançado em 1953, que previa a criação de uma Assembleia Parlamentar bicameral, de um Conselho Executivo Europeu, de um Conselho de Ministros e de um Tribunal de Justiça. As competências da Comunidade Política eram muito amplas, mas o projecto nunca foi concretizado devido à sua rejeição pela Assembleia Nacional Francesa em 1954.

AV — Um sucesso? Como, se foi o próprio Parlamento francês que acabou com o projecto!?

JCM — Numa simples manobra processual. O tratado tinha sido assinado por todos os participantes.

AV — Mas houve uma discussão parlamentar...

JCM — O fundo da questão nunca foi discutido. Foi uma manobra em que De Gaulle exerceu um papel importante. Mas não pode imaginar o ambiente que se vivia em França, nessa altura. Essa ideia criara uma enorme controvérsia, porque De Gaulle tinha aquela mística nacionalista. Mas a rejeição do tratado da CED pelo Parlamento francês causou uma celeuma muito grande. A tal ponto que, estava eu na NATO, quando me vieram dizer que estava lá um senhor que queria falar com alguém da delegação portuguesa. Recebi-o: era um advogado de meia-idade que chorava.

AV — Chorava?

JCM — Ele dizia: «Isto é uma desgraça! Isto é uma tragédia, que novamente caiu sobre nós.» Os Franceses tinham adoptado a ideia de um exército comum como uma tábua de salvação.

AV — E tinham vivido a tragédia terrível da ocupação havia poucos anos.

JCM — A partir daí é que surgiu a ideia de fazer a união europeia pela via da economia. A ideia de Monnet, de início, era do simples Mercado Comum. Mas com a ajuda dos ministros dos Estrangeiros da Bélgica e da Holanda, transformaram o plano de Monnet numa União Económica.

AV — Tinham relações com as pessoas que alimentavam os ideais europeus? Com Jean Monnet?

JCM — Eu não, nunca vi o Monnet, mas Ruy Guerra viu-o. Tinha relações muito íntimas com colaboradores de Monnet, funcionários da OECE. Tinha boas relações com essa gente toda. Quando o substituí, em 1956, a ideia da Comunidade Europeia já tinha sido lançada.

AV — Os avanços e recuos da aventura europeia eram vistos por vocês com entusiasmo?

JCM — Como se fosse uma questão de família. Quando assumi a chefia da nossa representação na OECE, em 1956, tudo estava ainda em ebulição e, portanto, fui eu que «apanhei» com tudo isso. Formou-se o Grupo dos Seis, do Mercado Comum, dentro da OECE. Quanto à Inglaterra, distanciou-se. Os Ingleses, muito cépticos, achavam que aquilo nunca iria andar para a frente. Quando viram que ia mesmo, quando foi assinado o Tratado de Roma, apressaram-se a propor uma associação de livre-câmbio que englobasse os países do Mercado Comum e mais os restantes seis países industrializados da OECE — com exclusão dos subdesenvolvidos, entre os quais Portugal. Claro que aí entrei em guerra.

AV — Com os nossos velhos aliados Ingleses?

JCM — Entrei em confronto com eles. Os Ingleses fizeram a sua proposta na OECE, onde as decisões eram tomadas por unanimidade. O grupo de países subdesenvolvidos — Grécia, Turquia, Irlanda, Islândia e Portugal — ficou excluído do plano britânico. Para eles, estes países tinham os seus problemas próprios de desenvolvimento, que seriam discutidos à parte. Era uma manobra para os descartar. Foi aí que disse: «Nós temos uma solução alternativa.»

AV — A minha intervenção nestas coisas foi sempre de estratégia. Nunca fui o tático. Fui sempre o estratega, e a minha estratégia era: vamos dizer que não, mas vamos dar uma solução alternativa. Foi assim que propus que entrássemos em pé de igualdade, mas com um estatuto especial. Com prazos de desmobilização alfandegária maiores, com a faculdade de vir a introduzir direitos protectores nas indústrias novas e com uma série de produtos alimentares que nós queríamos que fossem tratados como produtos industriais.

Foi assim que, através da nossa participação na OECE, entrámos no jogo da liberalização. O jogo da liberalização, do meu ponto de vista, era a melhor opção para Portugal, um país pequeno que queria desenvolver-se, mas que tinha um mercado interno exíguo. Para podermos construir uma indústria de certo peso, tínhamos de exportar e se tínhamos de recorrer ao mercado internacional, devíamos liberalizar o nosso mercado para poder beneficiar também da liberalização nos outros países.

Felizmente embarcámos na política da liberalização. Basta dizer que atingimos um grau de liberalização de comércio, na OECE, superior à Dinamarca, um país mais desenvolvido. Conseguimos alcançar um certo desenvolvimento com base na liberalização — uma coisa que, agora, os movimentos antiglobalização não percebem. Combatem a liberalização económica por causa dos países subdesenvolvidos; querem que estes façam o seu desenvolvimento na base do protecçãoismo. O protecçãoismo ainda se pode aplicar em grandes mercados internos, mas em países com pequenos mercados é uma ilusão.

AV — Nessa altura houve quem se opusesse à política de liberalização económica.

JCM — Havia opositores como, por exemplo, o ministro das Finanças. Isso só foi conseguido com o apoio de Correia de Oliveira, apoiado por Salazar. Estava aí presente a tal ambiguidade de Salazar. Enquanto político, não aceitava a participação

em qualquer agrupamento europeu, mas nas organizações de cooperação económica já aceitava. Por isso, quando digo que Salazar apoiou a nossa participação numa política de liberalização, quero dizer que ele separava o económico do político. Caiu numa armadilha quando aceitou a EFTA, acreditando que era apenas comercial. Acabou por ser uma machadada na política ultramarina portuguesa, porque a EFTA assentava nas regras do GATT, de que não éramos membros. Nessa altura, foi preciso travar uma batalha para participarmos no GATT, o que implicava a unificação do espaço económico português, ou seja, tínhamos de fazer uma união aduaneira entre a metrópole e as províncias ultramarinas. É então que surge o plano da unificação do espaço económico português. Simplesmente, quando se fizeram os estudos necessários, verificou-se que a dependência económica entre Portugal e o Ultramar era mínima. Angola já era, por si só, uma potência económica autónoma. E, naquela altura, aquele mito de que Portugal sem Ultramar não podia sobreviver levou uma machadada.

É a tal separação entre o económico e o político com a qual Salazar acabou por afectar a sua própria política ultramarina. Gorbachev fez o contrário, fez concessões no plano político e não fez no económico.

AV — Gorbachev aceitou mudar no essencial, pôs em causa a ditadura soviética, o que permitiu todas as mudanças que se seguiram, incluindo as económicas. E permitiu o fim do império soviético. Mas das reformas económicas não decorrem necessariamente mudanças políticas, veja-se a China hoje ou Portugal no passado...

JCM — A entrada na EFTA teve um certo impacto em Portugal. Havia quem perguntasse porque não aderíamos à CEE. Por um lado, Salazar não queria estar na Comunidade Europeia porque ela tinha uma raiz política bem definida...

AV — E contrária à sua própria ideologia.

JCM — O Mercado Comum não nos aceitava porque o nosso regime político era antidemocrático e por termos uma política ultramarina rejeitada internacionalmente.

AV — Mas apesar de não sermos uma democracia, Portugal foi membro fundador da NATO, organização de Estados democráticos... Porque é que Salazar queria pertencer à NATO?

JCM — Em relação à NATO, Salazar tinha uma posição curiosa. Estava, digamos assim, «entalado». Não podia bater com a porta aos Americanos. Por outro lado, Salazar, no plano interno, era confrontado com uma certa oposição. Participando na NATO, Salazar tinha ganhos políticos e ganhos económicos enormes.

AV — Sem alterar minimamente a natureza do regime.

JCM — E os Americanos tinham interesses estratégicos em relação a Portugal.

AV — E por isso esqueciam a natureza do regime português, como o faziam também os aliados europeus.

JCM — Eles consideravam que não era fascista.

AV — Autoritarismo paternalista, como gostava de dizer De Gaulle.

JCM — Paternalista, claro.

AV — A Europa via Portugal quase como um país do Terceiro Mundo e, como a maioria deles, uma ditadura. Do outro lado dos Pirenéus, onde começava o Sul...

JCM — Que não fazia mal a ninguém.

AV — Mas os democratas portugueses viram naturalmente no pós-guerra, na vitória das democracias, uma hipótese de derrubar Salazar.

JCM — Alguns deles diziam-me, logo no fim da guerra, que as democracias não podiam consentir na manutenção do regime de Salazar. E eu dizia-lhes: «Olhem que isso não é assim, vocês não se admirem se a esquadra inglesa vier a Lisboa agradecer a Salazar.» Os democratas viviam numa ilusão. Estavam convencidos de que o regime ia ser derrubado pelos estrangeiros, quando só podia ser derrubado pelos Portugueses.

AV — Os democratas estrangeiros podiam ser um estímulo e deviam oferecer o seu apoio aos Portugueses.

JCM — António Sérgio era um dos que diziam: «Isto agora vai cair.»

MARCELO CAETANO E A ALA LIBERAL

AV — Com Marcelo Caetano houve uma alteração da política europeia de Portugal?

JCM — Marcelo Caetano favorecia a nossa aproximação à Europa, mas nunca se exprimiu claramente nesse sentido. Do governo faziam parte, porém, homens como Rogério Martins e Xavier Pintado, que não escondiam o seu europeísmo, o que irritava naturalmente os ultraconservadores, herdeiros do pensamento de Salazar. Em Janeiro de 1969, logo no começo do governo de Caetano, o deputado da chamada *ala liberal*, José Pedro Pinto Leite, pronunciou um discurso em que afirmou: «É fundamental

que o País tome consciência de que o movimento centrípeto iniciado pelo Mercado Comum é irreversível e que Portugal, embora de vocação ultramarina, é também europeu, e não deve nem pode fugir-lhe.» Franco Nogueira deixara a pasta dos Negócios Estrangeiros em 6 de Outubro de 1969 e foi eleito deputado da Assembleia Nacional pela ANP. Membros ultramontanos da Assembleia instaram com ele para pronunciar um discurso atacando a nossa possível aproximação às Comunidades Europeias. Franco Nogueira, em 8 de Abril de 1970, fez uma intervenção em que, entre outras coisas, afirmou: «[...] A integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política [...] A nova política alemã em direcção a leste representa um golpe profundo no Mercado Comum [...] As tensões internas entre os membros do Mercado Comum, em vez de se atenuarem, têm-se agravado, em particular no plano monetário e no plano agrícola [...] A Inglaterra [...] já não exprime o mesmo desejo de admissão na Comunidade Económica Europeia [...] A realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar [...] A nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa.»

A 15 de Abril, José Pedro Pinto Leite respondeu a este discurso. Para se documentar devidamente conversou largamente com o embaixador Ruy Guerra e comigo próprio, que desempenhava então as funções de director-geral dos negócios económicos no MNE. Começou por lembrar que Portugal, para além da sua vocação universal, tem também uma patente vocação europeia; que a Europa é o berço de Portugal e que a nossa epopeia ultramarina foi preparada e continuada dentro do contexto europeu e não fora ou contra ele. Salienta que a nossa decadência se inicia justamente quando nos começámos a isolar da Europa, «quando deixámos substituir nas nossas relações com os outros povos o espírito aberto e universal por um espírito marialvista, que despreza tudo quanto ignora». E afirma: «A integração económica europeia não é um mito. É uma realidade bem patente.»

Nem Franco Nogueira, nem qualquer outro deputado, se atreveu a contestar o discurso de Pinto Leite, pois perceberam que ele estava solidamente preparado para dar batalha.

AV — Quais foram as suas relações com Sá Carneiro e os demais membros da *ala liberal*?

JCM — Eu era, na altura, presidente da direcção do Grémio Literário e Sá Carneiro, que advogava no Porto, fazia do Grémio o seu local de encontros quando vinha a Lisboa. Criei desde então laços de amizade com Sá Carneiro e, sobretudo, com Pinto Leite, com quem me encontrava mais frequentemente. As minhas convicções coincidiam grandemente com as posições políticas dos *liberais*: aproximação da Europa, liberalização do regime político e solução negociada para o ultramar. As minhas relações com Sá Carneiro evoluíram bastante até ele assumir a chefia do governo. Infelizmente, tanto ele como Pinto Leite morreram prematura e tragicamente. Foi uma grande perda para o País.

AV — Com Marcelo Caetano foi nomeado secretário-geral do MNE em 1971. Quais as suas relações com o novo chefe do Governo?

JCM — Fui aluno de Marcelo Caetano durante quatro anos, na Faculdade de Direito e depois, como chefe da nossa delegação junto da OECE, servi sob as suas ordens quando ocupou a pasta de ministro da Presidência. No princípio de 1968, muito antes de ele assumir a chefia do governo, decidi deixar as funções públicas e ingressar no sector privado. As razões para tomar esta decisão foram várias: servira cerca de vinte anos seguidos no estrangeiro e perdera contacto com amigos e membros da família, não queria voltar a essa situação e sentia-me bem vivendo em Portugal; os vencimentos da função pública, acrescidos de um pequeno subsídio como delegado do governo junto da Sacor, não chegavam para cobrir as minhas despesas essenciais; por outro

lado, o lugar de director-geral que ocupava competia por lei a um ministro de 1.ª classe, e se continuasse nessas funções, colegas mais novos passavam-me à frente na carreira como embaixadores, o que não era uma situação agradável; se fosse ocupar uma embaixada no estrangeiro (e ofereceram-me Washington, Londres e Paris) seria obrigado a defender a tal política ultramarina com a qual não concordava. Foi-me oferecido o lugar de administrador num banco que, em princípio, aceitei. Entretanto vagou um lugar na administração da Soponata, empresa onde a Sacor tinha uma importante participação e solicitei a João Lumbrales, que presidia à Sacor, para ocupar esse lugar em representação da Sacor, ao que ele prontamente acedeu. Combinei com Franco Nogueira a minha saída do lugar de director-geral e a minha designação como administrador da Soponata iria efectivar-se na próxima assembleia-geral, que iria ter lugar em princípios de 1969. Entretanto Marcelo Caetano ascende à chefia do Governo e um jornal de Lisboa anunciou que eu ia deixar a função pública. Marcelo Caetano chamou-me e disse-me: «Então agora que eu sou chefe do Governo você abandona o serviço do Estado?» Expliquei-lhe que tudo estava combinado muito antes de ele ser designado Presidente do Conselho e indiquei-lhe as várias razões que me levaram a tomar essa decisão, omitindo, naturalmente, a última (divergência sobre a política ultramarina). Disse-me que iria resolver os meus problemas, designando-me para um lugar de administrador por parte do Estado, compatível com a minha situação de director-geral. Pouco depois publicou um decreto que permitia que os directores-gerais do MNE pudessem ser embaixadores e promoveu-me a esse posto e, além disso, nomeou-me administrador por parte do Estado na Companhia dos Diamantes de Angola (Diamang), um lugar fortemente requestado. A minha situação em relação a Marcelo Caetano passou a ser excepcional aos olhos de toda a gente. A mim, porém, não me agradou, pois nunca desejei receber favores do governo. A promoção a embaixador não era de forma alguma um favor, mas o mesmo não acontecia com a nomeação para administrador

da Diamang. Em Outubro de 1969 Franco Nogueira sai do governo e constou logo que Caetano desejava que fosse eu a substituí-lo. Ele nunca me convidou, porém, nem nos encontros que tivemos fez qualquer alusão a essa hipótese. Um dia veio visitar-me um membro muito chegado da sua família que, numa longa conversa, me procurou convencer que eu seria a pessoa mais indicada para ocupar a pasta dos Estrangeiros. Nunca me referiu ser esse o desejo do chefe do Governo, defendendo a sua argumentação a título meramente pessoal. Pouco tempo depois visitou-me o jornalista Mário Viçoso Neves, secretário-geral da Associação Industrial de Lisboa, com quem mantive sempre amistosas relações. Ele era primo direito de Caetano, mantendo com ele íntimas relações que mais tarde vieram a esfriar. Mário Neves disse-me abertamente que Caetano desejava que fosse o novo ministro dos Negócios Estrangeiros. A ambos os visitantes manifestei, de forma inequívoca, a minha indisponibilidade em participar no governo. Creio que esta minha atitude não agradou a Caetano, embora as nossas relações continuassem inalteradas, pelo menos na aparência. Em Julho de 1971 fui nomeado secretário-geral do ministério pelo ministro Rui Patrício e foram-me atribuídas duas delegações de competência, publicadas no jornal oficial: uma delegação do ministro para todos os assuntos de ordem administrativa; e outra do Presidente do Conselho, de carácter geral, nas ausências do ministro que, aliás, eram frequentes. A minha influência na condução da política externa do governo de Caetano teve a sua importância em dois aspectos principais: as negociações com as Comunidades Europeias, em cuja preparação colaborei activamente, e a maior aproximação com os Estados Unidos, que levou à celebração do acordo de 1971, por mim negociado, que voltou a formalizar a utilização da base das Lajes pelas forças americanas (suspensa por Salazar em 1962). Como secretário-geral, as minhas relações com Caetano iriam esfriar-se em virtude da sua tentativa de interferir, através de Rui Patrício, na competência reservada do Conselho do Ministério em matéria de promoções, ao que eu me opus. Isso



A família paterna de José Calvet de Magalhães, com os avós, João de Sousa Calvet de Magalhães (em pé) e Helena Faria Calvet de Magalhães (sentada) no canto superior direito e o pai, Manuel Calvet de Magalhães (criança sentada no nível superior direito)



O pai de José Calvet de Magalhães, Manuel Calvet de Magalhães



A mãe, Judith Maria de Sousa Cabral Osório Anjos, em solteira



O casamento dos pais



Carlos Sampaio Garrido



Luiz Teixeira de Sampayo, 1875-1945



Conferência no Conservatório Nacional

Cartão de Leitor
da Biblioteca Nacional
Francesa

	BIBLIOTHÈQUE NATIONALE		
	Carte de Lecteur N° 34413		
	pour les IMPRIMÉS, PÉRIODIQUES Mss.		
	H. CALVET DE MAGALHÃES		
	Nom, prénoms		
	50e'		
	chef de la Délégat. Portugaise auprès de		
Titres ou profession	1.77 Paris et chef de l'op. 2. Lon.		
	à l'ence en droit (Université de Lisbonne)		
Adresse permanente	1, rue Adolphe Yvon - Paris 16 ^e		
	Signature: H. Calvet de Magalhães		
Valable jusqu'au :			
23. JAN. 1959	22. AVR. 60 B.N.	27. JAN. 1962	11. AVR. 68 B.N.



Visita do Conselho da Nato aos Estados Unidos em 1954, com o general Humberto Delgado



Apresentação de credenciais na CECA (Comissão Europeia do Carvão e do Aço), Luxemburgo 1956



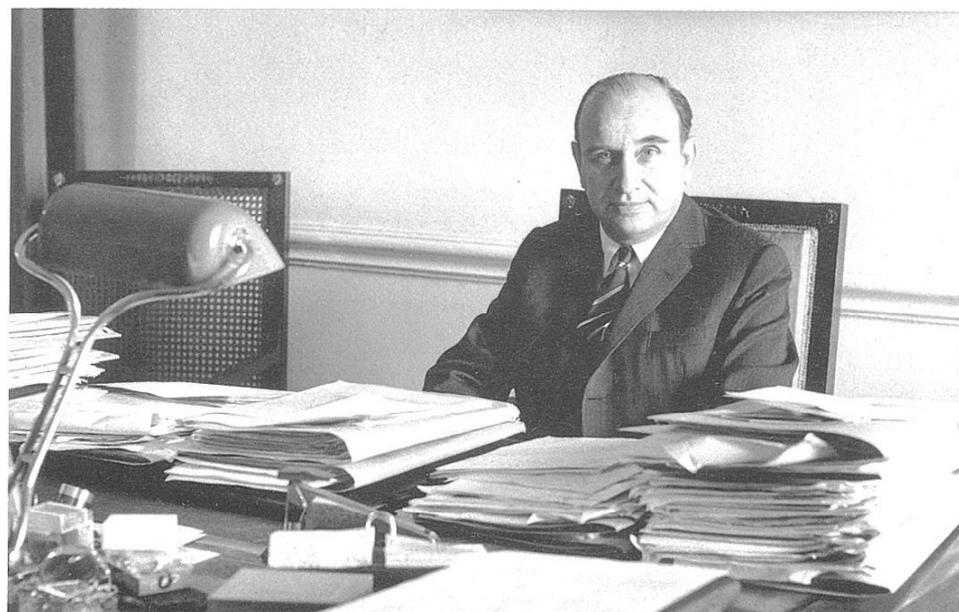
Conselho da EFTA, Genebra, 18 de Janeiro de 1963,



Assinatura do Protocolo Adicional à Convenção sobre a Responsabilidade Civil no domínio da Energia Nuclear, 1964



Reunião do Comité de Auxílio ao Desenvolvimento (CAD) em Washington em 1966, cumprimentando o secretário de Estado Dean Rusk



No seu gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1966, enquanto director-geral dos Negócios Económicos



Reunião do CIT (Conferência Internacional do Trabalho) em 1968



Com João Paulo II na Igreja de St. António dos Portuguesees, Roma, 23 de Maio de 1979



Com Álvaro de Vasconcelos, na sua primeira participação numa actividade do IEEI em 1982



No V Fórum Euro-Latino Americano em 1998 com o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, o primeiro-ministro António Guterres, o presidente Jorge Sampaio e o comissário Manuel Marín



No VI Fórum Euro-Latino Americano em 2000



Conferência Internacional de Lisboa, Novembro de 2002. Da esquerda para a direita: Álvaro de Vasconcelos, Celso Lafer, José Calvet de Magalhães, Guilherme d'Oliveira Martins e José Blanco



Congresso Portugal e o Futuro da Europa, Março de 2003. Da esquerda para a direita: Álvaro de Vasconcelos, Carlos Costa Neves, o presidente Jorge Sampaio, José Calvet de Magalhães e Rui Veloso

levou a que eu passasse a ser excluído da lista dos convidados nas recepções dadas pelo chefe do Governo, como até aí era habitual, o que aliás não me incomodou muito. Algum tempo depois Caetano tentou descartar-se de mim, convidando-me a ocupar o lugar de embaixador em Brasília, o que eu recusei. Em 2 de Abril de 1974, faleceu Georges Pompidou e Caetano decidiu ir pessoalmente ao funeral. Discutindo a viagem com o chefe do Protocolo declarou-lhe que tencionava ser acompanhado pelo general Bettencourt, antigo governador da Guiné. O chefe do Protocolo fez-lhe ver que isso não seria muito apropriado dizendo que ele deveria ser acompanhado pelo secretário-geral do MNE. Surpreendentemente ele aceitou a sugestão e num dos dias imediatos, Caetano, eu e um secretário seguimos sós no *Boeing* da Força Aérea para Paris. Nas viagens de ida e volta, no mesmo dia, fiquei sentado ao lado de Marcelo Caetano, que continuou a mostrar-se frio para comigo, mas que falou largamente sobre a situação interna portuguesa. Limitei-me a ouvir, pois evitei sempre falar de política interna com o chefe do Governo. As suas afirmações eram profundamente pessimistas e duas delas impressionaram-me profundamente. A primeira foi de que os jornais de Lisboa estavam todos nas mãos dos comunistas e que a única solução era transformá-los todos em jornais do Estado! A outra foi uma catilinária contra o Vaticano, rematando dizendo que já perdera a fé e que os protestantes é que tinham razão! Era um homem claramente derrotado, encurralado, que não encontrava soluções para os problemas que o confrontavam. Daí a uns vinte dias eclodiu o 25 de Abril.

CONTINUIDADE E RUPTURA NA ADESAO

AV — A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, foi facilitada pela prévia existência de um movimento bem anterior, que preconizava a aproximação à Europa. Perfilha o

ponto de vista de que há uma ligação entre os dois processos, ou pensa que houve uma ruptura em 1974-75 e o início de um novo processo que culminou com a adesão?

JCM — Acho que há uma continuidade absoluta. O primeiro passo foi a nossa participação no Plano Marshall e no movimento de liberalização, que permitiu que Portugal participasse nas negociações euro-americanas, e permitiu que fôssemos depois membro efectivo na EFTA. A EFTA é, geralmente, mal compreendida. Pensa-se que foi criada para fazer guerra ao Mercado Comum mas, bem pelo contrário, foi um organismo criado para poder acompanhar a desmobilização tarifária planeada pelo Mercado Comum e encontrar o momento oportuno para que os países membros da EFTA pudessem fazer a ligação, da melhor forma possível, ao Mercado Comum.

AV — Mas eram países que não eram favoráveis à existência de estruturas supranacionais.

JCM — Exacto. Era o caso, por exemplo, da Suíça, que nunca participaria num organismo qualquer de natureza política — sobre isso não restam dúvidas. Mas a Inglaterra e os países escandinavos gostariam de se aproximar o mais possível do Mercado Comum.

AV — Uma aproximação que não correspondia a uma plena adesão aos princípios comunitários. Ainda hoje são esses mesmos países os mais resistentes à supranacionalidade e mesmo ao euro.

JCM — Evidentemente, mas eles não queriam perder os benefícios de uma união aduaneira com o resto da Europa. Pouco tempo depois da criação da EFTA, a Inglaterra fez as primeiras tentativas para aderir à Comunidade Económica Europeia, e deparou-se com o veto da França. De Gaulle tinha assumido o poder em

França e opôs-se a uma adesão da Inglaterra. Nós não podíamos pretender ser membros da CEE porque, por um lado, o governo português não queria participar numa organização com fins políticos, e por outro lado, a CEE não estava disposta a aceitar um país com um regime não democrático e com uma política ultramarina que era contestada por um grande número de países. Foi o que nos levou a assinar o acordo de associação em 1972.

Esses obstáculos existiam. A partir do 25 de Abril, desapareceram. Do lado político, desapareceram os obstáculos porque passámos a ter um regime democrático. Bem... que, a princípio, não era tão democrático como isso, o que criou certas dificuldades nas negociações. Por outro lado, desapareceu o problema ultramarino, com a independência dos territórios ultramarinos portugueses. Portanto, os dois grandes obstáculos desapareceram.

Do lado português, havia dois objectivos, um político e outro económico. O político era a consolidação do regime democrático em Portugal; o económico era procurar ajuda para o desenvolvimento. São estes dois objectivos que levaram o governo socialista a propor a adesão. Há, realmente, uma continuidade e uma transformação da situação que fez desaparecer os obstáculos da CEE, e há o interesse do novo regime em se ancorar na Comunidade Europeia por motivos políticos e motivos económicos. Não há dúvidas que há uma continuidade, que não se pode negar, e que pode até parecer um pouco paradoxal.

AV — Entre o acordo de associação de 1972 e o pedido de adesão em 1976? Mário Soares disse na altura, por diversas vezes, que a Europa era um novo destino para um país que tinha perdido o império. Ora, novo destino significa ruptura; desaparecera o Portugal ditatorial, colonial, imperial, em guerra, e desenhava-se a perspectiva de um Portugal novo, democrático, que se integrava na Europa graças a essa nova feição.

JCM — É verdade, mas creio que, nesse aspecto, não houve propriamente ruptura. O que houve foi que o problema ultramarino

desapareceu — bem ou mal, não sei, mas desapareceu — e emergiu a realidade que eu sempre defendi: ficámos perante a Europa, à qual nunca deixámos de pertencer, cultural e economicamente. Estávamos distantes, no plano político, por causa da natureza do regime português e da preponderância da política ultramarina na condução da política geral do país.

AV — A que se junta a preponderância do nacionalismo, a característica essencial da ideologia de Salazar. A comunidade europeia afinal nasce da deslegitimação do nacionalismo extremo, da recusa de continuar a ver as relações intereuropeias pela óptica do equilíbrio de poderes.

JCM — Naturalmente que a ideia de Europa é contrária a um nacionalismo ideológico. Porque o nacionalismo, como sabe, pode ser interpretado em vários sentidos. Nós somos nacionalistas no sentido em que gostamos do nosso país e queremos defender o interesse do nosso país...

AV — Talvez patriotismo seja um termo mais adequado...

JCM — ... é curioso que os nacionalistas não gostam da palavra patriotismo e os patriotas não gostam da palavra nacionalismo. O nacionalismo pode ter uma conotação ideológica. O nacionalismo ideológico sobrepõe o princípio nacional a tudo o que não é nacional, ou seja, corresponde a uma ideia negativa em que o outro, o internacional, o exterior, é o inimigo. O patriotismo, não.

Ora, a filosofia política que sempre defendi é precisamente a filosofia oposta. Nós somos membros da comunidade internacional e, como tal, estamos sujeitos a determinadas vantagens e limitações, porque vivemos numa comunidade. Da mesma forma, um indivíduo que vive numa comunidade nacional tem vantagens, que lhe advêm da organização do Estado, mas também tem obrigações, tem limitações. E é essa ideia das limitações

à soberania que os nacionalistas têm dificuldade em aceitar. Quando, afinal, isso é um contra-senso — pertencendo a um grupo de países mais poderoso, a nossa soberania não diminui, aumenta. Passámos a ter capacidade para fazer coisas que nunca poderíamos fazer sozinhos.

AV — Logo a seguir ao 25 de Abril, alguns, como o historiador Barradas de Carvalho¹, defendiam que Portugal tinha de optar entre a Europa e o Atlântico e consideravam que se optasse pela Europa, a Europa dos grandes espaços, passaria, cedo ou tarde, a ser uma região da Espanha e por isso devia dizer não à adesão.

JCM — Ainda hoje há muita confusão de ideias sobre esse problema. Há pessoas cultas, por exemplo, professores universitários, que estão sempre a falar de Bruxelas como se Bruxelas fosse o inimigo, esquecendo-se que Bruxelas somos nós — nós somos membros da Europa unida. É a mesma dialéctica usada no tempo da defesa da política ultramarina portuguesa em relação à ONU. Dizia-se, então, que a ONU era o inimigo, mas Portugal era membro da ONU. E o que se escondia ao povo português era que a maioria dos países da ONU não aprovava a nossa política. Havia um mau uso propositado da palavra, que pretendia a própria ONU como inimigo. De resto, mesmo nos Estados Unidos ainda hoje há uma corrente que considera a ONU como o inimigo, como uma entidade que tem um plano para se apoderar dos Estados Unidos.

AV — Todos estes anos depois da adesão, ainda muitos compreendem mal o suplemento de peso internacional que a Europa acrescenta a Portugal.

¹ Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal a Europa ou o Atlântico?: uma perspectiva histórica*, Lisboa: Horizonte, 1982.

JCM — Pode parecer estranho, mas há raciocínios destes completamente absurdos. Vejamos, por exemplo, o caso de Timor. Portugal, sozinho, não tinha conseguido o resultado que conseguiu, só possível porque teve o apoio da União Europeia. Ou melhor, porque conseguiu conquistar o apoio dos nossos parceiros da União Europeia e, depois, da própria ONU. Foi pelo facto de sermos membros da União Europeia e da ONU que conseguimos levar a Indonésia, que tinha a favor dela um potencial económico e político que fazia com que países como os Estados Unidos e a Austrália hesitassem em aceitar o referendo. Se fosse Portugal sozinho, a actuar com uma perspectiva nacionalista, se fosse uma «batalha» isolada contra a Indonésia, é evidente que nunca teríamos conseguido o resultado que alcançámos.

AV — Mas durante um certo tempo ainda se fazia de Timor, antes de tudo, uma questão de política interna.

JCM — Nós beneficiámos de erros graves cometidos pela Indonésia, e o erro mais grave foram os atentados aos direitos humanos. A comunicação social divulgou universalmente o massacre de Santa Cruz e fez dele um caso de violação grave dos direitos humanos. Foi através da campanha pela defesa dos direitos humanos que Portugal conseguiu levar os países da União Europeia e os próprios Estados Unidos a apoiarem a posição portuguesa. Por isso digo que os Indonésios cometeram um grave erro. Se tivessem sido mais hábeis, se não se tivessem exposto daquela maneira, talvez esses países não tivessem apoiado Portugal da forma como vieram a apoiar. Aí, entra a questão dos direitos humanos, que é algo que realmente tem uma importância fundamental.

III

Para além da União